

## **O PROGRESSO DA AMAZÔNIA A PREÇO DE VIDAS: A REPRESSÃO MILITAR NO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE (1970)**

### **THE PROGRESS OF THE AMAZON LIVES PRICE: MILITARY REPRESSION IN MATO-GROSSENSE ARAGUAIA (1970)**

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa<sup>1</sup>  
Luciene Aparecida Castravechi<sup>2</sup>

**RESUMO:** A proposta deste artigo é relacionar a produção dos discursos num contexto desenvolvimentista que tomava conta do Brasil durante a vigência dos Governos Militares e a constituição dos novos espaços de ocupação, resultantes dos projetos de modernização pensados e financiados pelo Estado. A partir das reflexões conceituais de “modernidade” e de “progresso”, apontamos que havia uma visão modernizante imperando no Brasil no período posterior a 1960, que teve grande peso na configuração espacial do país, procuramos apontar como o “progresso” e o “desenvolvimento” propiciaram o descarte de pessoas, sobretudo os trabalhadores que foram vítimas da repressão no Araguaia mato-grossense.

**Palavras chave:** Desenvolvimento, Governos Militares, Repressão.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to relate the production of discourses in the context of developmentalism that gripped the country for the duration of the military government and the constitution of new spaces of occupation, resulting from modernization projects designed and funded by the state. From conceptual reflections of "modernity" and "progress", pointed out that there was a modernizing vision reigning in Brazil in the period after 1960, which had great weight in the spatial configuration of the country, we try to point out how "progress" and "development" led to the disposal of people, especially the workers who were victims of repression in Araguaia of Mato Grosso.

**Keywords:** Development, Military Governments, Repression.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente no Departamento de História da UFMT, campus Rondonópolis. Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS/UFMT). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História, Grupo de Pesquisa em História, Terra e Trabalho (NPH/GPHTT/UFMT). E-mail: beatriz-feitosa@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso - PPGHIS/UFMT. E-mail: lucienecasthi@hotmail.com

## **O discurso de desenvolvimento na legitimação das políticas impostas pelos governos militares**

O ideal desenvolvimentista reaparece frequentemente nos discursos que são produzidos durante os processos de ocupação territorial ao longo da história do Brasil, a lógica de “ocupação dos espaços vazios”, atravessou diferentes temporalidades de nossa história estando presente nos primeiros documentos que dão conta do contato entre europeus e ameríndios ainda no século XVI. A Proposta deste artigo é trazer contribuições aos estudos que se dedicam a pensar o alcance que esses discursos tiveram na vida das pessoas que foram afetadas pelos projetos de modernização, considerando que as políticas empreendidas pelo Estado no período pós 1960. Nosso foco é especialmente os anos que compreendem o a permanência no poder político dos Governos Militares (1964-1985), para dar visibilidade a certos paradoxos resultantes das políticas modernizadoras empreendidas por tais governos.

A necessidade de falar acerca do progresso e do desenvolvimento atingido pelas regiões são características das propagandas veiculadas pela mídia em diferentes períodos da história brasileira, e baseando-se nesses “[...] projetos modernizantes, todo um mundo assentado em relações específicas com a terra e dos homens entre si foi determinado a desaparecer [...]” (MORAES SILVA, 1999, p. 45). O acesso a cargos variados de acordo com a origem pode ser tido como exemplo de que, para os trabalhadores a modernização ocorrida, sobretudo nas atividades agrícolas, foram extremamente excludentes de acordo com o que podemos apreender historicamente,

Os proprietários de terras garantiram a dominação política em troca da aceitação da modernização agrícola. No que tange aos expropriados, além das possibilidades de serem “bóias-frias”, restou-lhes aquela de “queimarem chão” em busca de trabalho ou da ilusão de outras terras, por meio da implantação de colônias oficiais, ou de deslocamento da fronteira agrícola para as regiões Centro-Oeste e Norte do país (MORAES SILVA, 1999, p. 67).

A ação do Estado na constituição dessa realidade ocorreu quando:

O Estado intervencionista, orientado pelos princípios dos valores de troca e do dinheiro, por meio do direito positivo, destrói as bases de um mundo ainda regulado pelo valor de uso. Nesse sentido, o caráter do direito é duplamente violentador. Exerce a violência explícita e aberta contra os homens e a natureza ao lhes impor novos códigos, e a violência simbólica, também contra os homens e a natureza ao negar os valores de seu conteúdo imaginário (MORAES SILVA, 1999, p. 45).

O trabalhador é contratado para empreender uma atividade que só garante sua existência a partir de um esforço que beira os limites do humano considerando, por exemplo, a realidade dos trabalhadores que desenvolvem atividades no corte da cana de açúcar em que a quantidade de cana a ser cortada para obter um salário razoável, varia de 250 a 300 metros diários, tendo trabalhadores que chegam a cortar 600 metros por dia, o que equivale a praticamente 10 toneladas de cana cortada.

Quando esse trabalhador vê na precária condição de vida que leva, uma responsabilidade apenas sua, podemos dizer que este, além de ser vítima do que Bourdieu chamou de “violência simbólica”, é vitimizado por uma exploração que não pode ser vista apenas como implícita, mas escancarada na qual sua sobrevivência depende de uma carga de trabalho que em alguns casos leva a extinção de sua existência. Acerca da atribuição que o trabalhador dá a si mesmo Djik (2008) aponta que há um poder que é exercido e que se dá em forma de controle ou:

[...] de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre os discursos de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados [...] (DJIK, 2008, p.17-18).

A realidade dos trabalhadores rurais foi tratada em um número expressivo de pesquisas, sendo que informações referentes a produção diária no corte de cana de açúcar, por exemplo, foram objetos de estudo de Moraes Silva (1999) que trata da expropriação de trabalhadores da região do Vale do Jequitinhonha – MG e das atividades desenvolvidas por essas pessoas nas usinas de cana em São Paulo.

Os destinos desses trabalhadores, expropriados, desterritorializados, buscando manter uma identidade com seu lugar de origem, mas tendo apenas as regiões de fronteira, onde sua mão de obra é utilizada à exaustão, como o espaço possível de existência, caracterizada pela sazonalidade, em que a família e tudo o que tem valor para esses trabalhadores, não passa de algo distante ao longo de suas vidas, muitas vezes tendo a existência reduzida, por conta da exigência que as atividades desenvolvidas requerem de seus corpos, submetidos a obrigações de produção que beiram o limite do não humano.

Os destinos desses trabalhadores foram traçados, de certa forma quando historicamente, sobretudo no período posterior ao “Milagre Econômico”, houve a opção por parte do Estado brasileiro em particularizar o acesso a terra. Naquele contexto de modernização das atividades agrícolas, houve a opção pela grande propriedade que resultaram nas atuais empresas rurais altamente lucrativas nas quais a terra em si não possui valor, constituindo-se apenas em instrumento de reserva e produto para especulação com garantia de financiamentos e de empréstimos bancários.

O Estado assumiu um papel crucial na expansão desse modelo de organização do meio rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e a renda fundiária. Observa-se que a agricultura tornou-se uma atividade subordinada, cumprindo um papel fundamental na sociedade, uma vez que fornece gêneros alimentícios e matéria-prima para os demais setores da economia através de um mecanismo desigual de troca.

É notório que houve um tratamento diferenciado que permitiu o acesso restrito às terras caracterizadas pelo Governo Federal como compondo os chamados espaços vazios, “[...] Aos grandes empresários, o governo ofereceu crédito subsidiado, incentivos fiscais e apoio logístico. Para os agricultores pobres, ele acenou com a possibilidade de lotes em projetos de colonização e assentamentos rurais, em geral distantes das cidades, sem infraestrutura, sem apoio técnico e financeiro.” (BARROZO, 2008, p. 11).

Além de políticas diferenciadas de acesso a terra, outra característica dos projetos de colonização via Estado empreendidas no contexto de atuação dos governos militares, foram as irregularidades por parte dos órgãos governamentais:

Observando os dados referentes a essa ocupação, chama nossa atenção as transações de compra e venda de terras e a anuência do Governo Federal frente a tal quadro. O Departamento de Terras e Colonização (DCT), responsável pela emissão de títulos, fiscalização e demarcação dos lotes agrários, foi fechado pelo Governo do estado de Mato Grosso devido ao volume de fraudes, que chegava à falsificação de documentos e até mesmo com assinatura do governador (JOANONI NETO, 2007, p. 24).

O modelo produtivo adotado, resultante da ocupação pensada e organizada pelo Estado que culminou na formação da grande propriedade em Mato Grosso, adotou como meta a tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criando um novo modelo de concentração da propriedade fundiária e da renda. O sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Nesse contexto, os pequenos

agricultores familiares não foram contemplados com o aumento da produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificultou o seu engajamento. As modificações implantadas no mundo rural brasileiro, nesse cenário movido por um tipo de cultura econômica, asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural.

A dinâmica de (re) ocupação de Mato Grosso, só pode ser compreendida a partir das ações governamentais que foram tomadas a partir de 1960:

O Governo Federal executou um plano de (re) ocupação dos ‘vazios demográficos’ do Centro-Oeste e da Amazônia, com o objetivo de garantir a ‘segurança nacional’, de ‘produzir para o mercado interno e externo e deslocar milhares de famílias de agricultores do Sul, para poder viabilizar a ‘modernização conservadora’ naquela região (BARROZO, 2008, p. 22).

Esse processo, chamado de “modernização da agricultura”, a partir dos anos de 1960, induziu os agricultores maiores a se tornarem empresários agrícolas, adotando métodos e técnicas baseados na motomecanização e utilização de insumos químicos, processo facilitado por financiamentos agrícolas subsidiados. O resultado desse processo foi a especialização de propriedades agrícolas que começaram a explorar produtos essencialmente comerciais e lucrativos, e com isso levando à expansão das áreas de monocultura.

O livro “Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970” (JOANONI NETO, 2007), trata do projeto de colonização de Juína, analisando os mecanismos de exclusão, os veículos de propaganda que estimularam a ida de migrantes para aquela região, bem como os incentivos governamentais que culminaram em uma série de irregularidades, por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o autor trabalhou com relatórios que demonstram esta situação, “em São José do Povo foram liberados R\$165.000,00 para a construção de 15 Km de estradas e dois poços artesiano. Nada foi feito. Há uma placa indicando a construção de um único poço no valor de R\$320.00,00, que não foi construído.” (JOANONI NETO, 2007, p. 25). Problemáticas como as apontadas por Joaroni Neto parecem fazer parte de um quadro geral nas áreas de ocupação pós 1960, questões pertinentes a má gestão do dinheiro público, além de outras referentes à ocupação da terra que neste contexto, tornou-se capitalizada, constituindo-se em espaços para produção em larga escala, por meio do agronegócio, e em muitos casos, transformou-se em reserva de

valor, terras para especulação, momento este em que deixou de ser terra de trabalho e se constituiu em terra de negócio.

A ação do Estado como financiador das grandes propriedades rurais foi tratada por Souza (2009) em estudo intitulado “História de Sinop: sociedade imobiliária noroeste do Paraná”, um dos vários textos que compõem o livro “Mato Grosso: do sonho à utopia da terra”, organizado por Barrozo (2009). Neste estudo Souza aponta que:

A expansão das empresas capitalistas na Amazônia (latifundiários, fazendeiros e empresários), a partir de 1974, exerceu enorme pressão sobre os órgãos federais responsáveis pela política agrária brasileira. Entre estes destacavam-se a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros. Esses órgãos atuaram no sentido de propiciar as condições de expansão do capital na região. O INCRA, ‘aprovando’ os projetos fundiários; a FUNAI, deslocando grupos indígenas de uma área para outra. A SUDAM analisava e aprovava os projetos, liberando crédito e incentivos fiscais através do BASA e Banco do Brasil, para os projetos privados e para os programas governamentais na Amazônia. (SOUZA, in: BARROZO, 2008, p. 27-28).

No livro “Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator”, Barrozo (2007) aponta as concepções diferenciadas do espaço que constitui a partir dos financiamentos citados:

[...] de um lado estão os empresários que se apropriaram da terra com fins especulativos mantendo grandes áreas como reserva de valor (...). De outro lado, os produtores familiares (posseiros), para os quais a terra é um meio de reprodução da agricultura camponesa. Na sua concepção a terra é para viver e trabalhar (BARROZO, 2007, p. 37).

As pequenas propriedades que não tiveram acesso aos incentivos da política agrícola ficaram sem condições de se manter, devido a discriminação creditícia, principalmente as que foram minifundizadas como consequência da exploração do capital mercantil, e foram incorporadas às propriedades maiores, visto que os grandes proprietários se beneficiaram com estímulos governamentais. Houve uma mudança no perfil da agricultura e da pecuária que resultou em alto grau de concentração da terra e de renda. Frente a este cenário coube aos trabalhadores um caminho que os deixou às margens da cultura econômica da sociedade contemporânea, que ao privilegiar uma minoria relega a maioria à exclusão, onde não lhe resta trabalho, a não ser nos períodos de maior exigência de mão-de-obra (colheita), trabalho

oferecido sazonalmente e não possibilita ao trabalhador a manutenção sequer de sua subsistência e de sua família.

A este respeito Ianni, considera que, “[...] é nessa situação que o bóia-fria, o cortador de cana, é levado a exaurir diariamente as suas forças (e, muitas vezes, as de membros da sua família: mulheres, velhos, menores, doentes etc.) a fim de garantir um *quantum* de trabalho necessário à reprodução da sua família” (IANNI, 2004, p.80). O Estado que deveria servir a todos indiscriminadamente, acabou refletindo os interesses do capital.

### Repressão no Araguaia/MT

As análises que passamos a fazer tomando como fundamento as discussões até aqui realizadas acerca das políticas de governo e das intervenções estatais na constituição da propriedade no estado de Mato Grosso passarão a dar ênfase à cidade de Santa Terezinha que faz partes dos municípios que compõem a Prelazia de São Félix do Araguaia,<sup>3</sup> situada no curso médio Rio Araguaia localizada no Nordeste do Estado de Mato Grosso, fazendo divisa com os Estados do Pará, Tocantins e Goiás. A região é formada por quinze municípios, distantes em média 1.100 km de Cuiabá capital de Mato Grosso.

Com o estabelecimento das empresas agropecuárias no Nordeste de Mato Grosso a partir de meados da década de 1960<sup>4</sup>, temos uma mudança nas relações sociais da população que já habitava aquela região desde o início do século XX. Dentre elas podemos citar o povoado de Santa Terezinha que teve parte de sua área ocupada pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA).

Conforme Souza (2010) a área de Santa Terezinha começou a ser habitada por não-índios no início do século XX. Essa população veio principalmente dos Estados do Nordeste do Brasil e se depararam com os índios Karajá e não tiveram problemas de convivência com

---

<sup>3</sup> Conforme informações retiradas da carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, o decreto de criação da Prelazia de São Félix do Araguaia, denominado de "Quo commodius", foi assinado por Paulo VI, aos 13 de março de 1970, estabelecendo os limites estritos da Prelazia de São Félix: "Ao norte, os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que atualmente delimitam os Estados do Pará e Mato Grosso; ao leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e ao oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja, os rios Araguaia e Xingu; ao sul a linha traçada em direção noroeste desde a confluência dos rios Curuá e das Mortes; e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingu". A Prelazia de São Félix abrange 150.000 km<sup>2</sup> dentro da Amazônia Legal, no Nordeste de Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal (CASALDÁLIGA, 1971, p. 04).

<sup>4</sup> A partir de 1968 o Nordeste do Estado de Mato Grosso passou por diversos conflitos violentos pela posse da terra, dentre eles podemos citar: Serra Nova Dourada (posseiros x BORDON/S/A), Porto Alegre do Norte (posseiros x FRENOVA), Santa Terezinha (posseiros x CODEARA), São Félix do Araguaia (posseiros x SUIÁ MISSÚ. Para um estudo detalhado acerca dos conflitos, consultar: Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Pasta A.17 a A.19 e CASALDÁLIGA, 1971.

este povo, pois a terra era abundante e havia lugar para todos. Os chegantes tinham que se dirigir aos antigos moradores para que estes lhes indicassem os locais onde poderiam se estabelecer, conforme nos mostra Esterci:

Como quando eu cheguei aqui, eu não conhecia nada, mas a gente procurava assim: quem é o dono dessa mata para cá? Aquele vizinho lá da terra dizia: Não eu tenho uma propriedade bem aqui; você arredando da qui cem, duzentos metros da minha casa, você pode fazer sua casa e morar. Meu pai comprou uma casa com o sítio de um homem. Era perto da casa do velho Cecílio. Ai meu pai falou com o pai dele, e ele aceitou que o meu pai fizesse a roça naquele lugar (ESTERCI, 1987, p. 71).

Como podemos observar a terra não tinha proprietário, era de todos, desde que respeitassem as regras para apropriação do espaço. As pessoas viviam em comunidade devido o isolamento natural e a falta de estradas, sendo o rio Araguaia o único meio de acesso à região que no tempo da seca se tornava inavegável. As roças de subsistência eram cultivadas coletivamente durante o período das chuvas que vai de outubro a abril. De acordo com Souza, “os agricultores preparavam a terra e plantavam as roças de arroz, feijão, mandioca, batata-doce, milho, gergelim, inhame, frutas e hortaliças. A caça e a pesca constituíam uma importante fonte de alimento para esta população.” (SOUZA, 2010, p. 233).

A CODEARA teve a área do seu projeto de 195.000 ha aprovada pela SUDAM. A área do projeto se estabeleceu no distrito de Santa Terezinha, sendo que tanto as casas quanto a área de trabalho dos agricultores ficaram sob o domínio da empresa.

Desse modo, a empresa se apropriou de territórios que se tornaram para ela utilitários e funcionais em decorrência do estabelecimento de sua dominação, a qual não confere um “verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço” (HAESBAERT, 1998, p. 61), ou seja, diferente dos antigos moradores, a CODEARA não se identificou com aquele lugar, este foi apenas caracterizado como terra de negócio da qual ela poderia obter grandes lucros, distanciando-se assim, das práticas de sociabilidade e subsistência que os posseiros empregavam as suas antigas terras de trabalho.

A agropecuária adquiriu as terras da região, ciente de que nelas havia ocupantes com direito a posse, ela os ignorou, tendo em vista que estes estavam estabelecidos em um ponto geograficamente estratégico, próximo ao rio, a única via de transporte naquela época e de fácil acesso ao porto fluvial. Havia um prazo a cumprir para receber os incentivos facultados pela lei, então o ritmo para a implantação do seu projeto foi acelerado o que gerou um atrito



com os antigos moradores. A empresa propôs aos ocupantes, ou seja, os posseiros, que fossem remanejados para locais mais distantes, removendo-os das suas antigas terras de trabalho. Isso deu início em 1967 à disputa entre posseiros e a empresa que durou até 1972.

Sobre o conflito entre a CODEARA e os posseiros, ocorrido no dia 03 de março de 1972, Esterici, descreve da seguinte forma:

[...] um grupo de posseiros defrontou-se com membros da força policial de estado e empregados da CODEARA, ferindo sete componentes do grupo de policiais e empregados da empresa. O confronto se deu no lugar onde o vigário de Santa Terezinha, padre Francisco Jentel, mandara construir um ambulatório, obra contestada pela empresa que alegava não estar a mesma localizada de acordo com o plano de urbanização da futura cidade. Na ocasião, o oficial de polícia levava consigo uma ordem de prisão contra membros da Missão Religiosa Católica de Santa Terezinha e se dirigia ao local da obra a pretexto de averiguar um suposto depósito de armas, arsenal do movimento subversivo que, segundo denúncia do pessoal da empresa, o vigário comandava. Em consequência do confronto, tropas do exército ocuparam a área e praticamente todos os homens adultos do povoado tiveram que refugiar-se na mata por mais de cem dias para escapar à perseguição que então se fez. A “briga do ambulatório” como ficou conhecido o episódio, foi a culminância de uma série de disputas que vinham sendo travadas entre posseiros e empresas desde 1967, quando esta viera a implantar-se nas terras de Santa Terezinha (ESTERCI, 1987, p. 09).

O conflito gerado a partir da instalação da empresa nas terras de antigos posseiros fez aflorar uma violência acentuada naquela localidade, pois a forma pela qual a agropecuária se apropriou daquelas terras impediu que os posseiros pudessem desenvolver sua agricultura de subsistência, sua caça e pesca, ou seja, a empresa inviabilizou uma rotina que já vinha sendo desenvolvida há anos através do uso da violência contra essas pessoas e suas posses.

A Igreja Católica já vinha desenvolvendo trabalhos naquela região desde a década de 1950 com a presença das Irmãzinhas de Jesus<sup>5</sup>. Em 1954 chegou ao Araguaia o Padre Francisco Jentel, que viveu junto aos povos Tapirapé por dez anos, a presença desses missionários foi de fundamental importância para o aumento e proteção daqueles povos, bem como a (re)conquista de suas terras:

A vinda providencial das Irmãzinhas de Jesus e do Padre François Jentel à Aldeia Nova é que salvou os Tapirapé da desorganização total e provavelmente extinção. Nem o missionário nem as freiras operaram milagre. Contudo, a intervenção das irmãzinhas, persuadindo os Tapirapé a

---

<sup>5</sup> Sobre o trabalho das Irmãzinhas de Jesus junto ao povo Tapirapé. Ver: Diário das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld, 2002.

abandonar a prática do infanticídio, foi crucial. No mais, tanto o padre como as irmãs tentaram interferir o mínimo possível na vida Tapirapé. [...] Nunca soube que estes missionários tentassem converter os índios. (...) Nos anos 60, o Padre François realizou inúmeras viagens à Brasília, onde tentou obter com o SPI e, depois, com FUNAI, a demarcação das terras dos Tapirapé. (WAGLEY, 1988 apud SOARES, 2010, p. 272).

A pedido de Tomás Balduino pároco de Conceição do Araguaia, em 1964 o padre Jentel foi morar em Santa Terezinha para trabalhar com os posseiros, e junto com a população local construiu um ambulatório médico e uma escola para as crianças do povoado.

O trabalho da Prelazia de São Félix do Araguaia nascida em 1971 foi de fundamental importância no que diz respeito à garantia dos direitos da população daquela região – índios, posseiros e peões. A Prelazia tomou como causa de luta opor-se a expropriação e exploração daquela população, bem como interferiu e ainda interfere em ações para que se promova a reforma agrária, educação e saúde de qualidade, garantia dos direitos humanos e respeito pelos povos indígenas, como nos mostra Dom Pedro Casaldáliga<sup>6</sup>:

Para nós, evangelizar é promover o homem concreto – o próximo – e libertá-lo, sempre com aquele “plus” que a encarnação e a Páscoa trazem à pessoa e à história humana.

Por causa disso, bem ou mal, com tateios e em conflitos, sempre temos enfrentado a defesa dos direitos humanos e a promoção do povo ao qual fomos enviados. Nas campanhas higiênicas; no ensino – alfabetização em São Félix, em Santa Terezinha e nas Campanhas Missionárias; nos cursos primários e no ginásio; na problemática agrária (posseiros, peões); e frente às outras opressões políticas, comerciais e policiais. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 40).

Ao se estabelecer nas áreas ocupadas por índios e posseiros a empresa provocou uma situação desesperadora entre aquela população, pois a terra era o seu único meio de sustento, e estes estavam desamparados pela esfera política local, sendo a Igreja a única instituição que os auxiliava. Assim, padre Jentel escreveu uma carta denunciando o descaso da CODEARA com a população que já habitava aquela área há anos.

---

<sup>6</sup> Dom Pedro Maria Casaldáliga nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968, Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia mato-grossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os *peões* sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa. Acerca da atuação de Dom Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia (ESCRIBANO, 2000).

Por incrível que pareça o governo do Estado de Mato vendeu tudo: terras ocupadas por particulares, terras ocupadas pela Igreja há mais de 30 anos, inclusive a igreja, escolas, etc., e terras sob a jurisdição do Governo Federal. Tudo foi vendido a companhias particulares de São Paulo. Dentro de algum tempo, essa situação poderá tornar-se explosiva (ARQUIVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA apud SOUZA, 2010, p. 240).

Orientados pela Igreja esses grupos de posseiros tomaram conhecimento que eram proprietários legais dessas terras, pois já viviam nelas há anos, tendo assim o direito de posse garantido pelo Estatuto da Terra. Cientes dessa condição e amparados pelas prerrogativas da lei, os posseiros se defenderam da tentativa de expropriação promovida pela empresa para assegurar o direito de suas posses.

Neide Esterici relata que a ação dos posseiros foi um ato necessariamente defensivo, haja vista que esta população se defendeu das arbitrariedades cometidas pela CODEARA para garantir seus direitos:

Dizer que o movimento dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência implica, neste sentido, dizer que foi marcado por um caráter essencialmente defensivo, os posseiros se opondo à tomada das terras por eles já ocupadas, e sobre as quais se julgavam com direitos, fosse em função de seus critérios de acesso à terra, fosse da compreensão que tinham, naquele momento, da definição de direitos a partir dos critérios do código oficial (ESTERICI, 1987, p. 12-13).

O movimento de resistência dos posseiros incidiu de uma forma violenta com o uso de um armamento precário, utilizados por estes apenas para caçar, mas que naquele momento foi o único meio encontrado para enfrentar a empresa e garantir o direito de suas posses. A agropecuária já vinha empregando atos de violência, bem como provocando situações que impediam os agricultores de trabalhar nas suas antigas terras; sendo estes fatos evidenciados a partir dos relatos descritos por Neide Esterici (1987), demonstrando as táticas aplicadas pela agropecuária, como por exemplo, atear fogo nas roças, nas reservas florestais que eram utilizadas para caçar, retirar madeira para construção de moradias e coleta da lenha; ameaças empregadas por seus capangas para intimidar os trabalhadores e forçar-lhes a vender suas terras por preços bem inferiores; empregar-lhes medo e, conseqüentemente abandonar suas posses partindo em busca de outros lugares para sobreviver.

Os agricultores estavam acuados, pois como vimos a empresa os pressionava de todas as formas para deixar suas terras. A reação dos posseiros contra a CODEARA foi uma

alternativa encontrada para garantir seus direitos sobre suas posses, bem como uma forma de se defender das ameaças da empresa e se impor como legítimos proprietários daquelas terras.

Souza nos mostra que os jornais da época noticiavam fatos que apontavam os posseiros e o padre Jentel como subversivos e comunistas, mas em contrapartida a Prelazia de São Félix do Araguaia desenvolveu um mecanismo de defesa para ajudar os posseiros durante o conflito, conforme nos expõe a autora:

[...] a Prelazia de São Félix do Araguaia denunciava a violência que a população sofria. Estas denúncias eram feitas no Brasil e no exterior, assumindo repercussão nacional e internacional. Sensibilizada, a opinião pública, sobretudo, a internacional, através de várias entidades, passa a apoiar a luta da Prelazia em defesa desses posseiros e contra a expropriação e a exploração da população local. Muitas vezes, o que não se podia denunciar aqui no país, era denunciado às autoridades e organizações internacionais (SOUZA, 2010, p. 243).

A partir da intervenção do padre Jentel como mediador dos interesses do grupo de posseiros no conflito de Santa Terezinha, o Estado teve que tomar medidas decisivas para amenizar o conflito entre a CODEARA e os antigos ocupantes do espaço, o Governo Federal, junto aos órgãos competentes, aceleraram o processo de demarcação das áreas, reconhecendo o direito de posse nos termos definidos pelo Estatuto da Terra de 1964 à população que já habitava o povoado antes da chegada da empresa.

O dia 03 de março de 1972 é considerado pela população de Santa Terezinha como o dia da vitória. Assim, todos os anos a data é comemorada com festas e celebrações em homenagens aos “heróis” daquela luta cujo mártir é o Padre Francisco Jentel, “considerado o defensor do povo do Araguaia” (SOUZA, 2010, p. 245).

Após o conflito de Santa Terezinha o governo militar passou a apontar o padre Jentel como o mentor intelectual dos acontecimentos contestatórios e violentos naquele povoado. As acusações contra o religioso foram efetuadas em jornais pelo diretor da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, Sr. Carlos Alves Seixas que acusou Dom Pedro Casaldáliga e o Padre Francisco Jentel como responsáveis pela campanha difamatória contra o governo brasileiro, usando os posseiros para depredação e invasão das propriedades sob as instruções diretas do bispo. Com a chegada dos novos leigos na Prelazia o trabalho foi intensificado junto à população local com a entrada de armas automáticas que estariam escondidas em Santa Terezinha. O diretor também alegou que o conflito pela construção do ambulatório foi desnecessário, visto que a mil metros existe um hospital.

O empresário Carlos Alves denunciou os fatos à polícia militar de Mato Grosso que sob o comando do Capitão Evangelista foi até a região apurar as acusações. “Acompanhados pelo gerente e funcionários da CODEARA a guarnição que estava desarmada foi surpreendida por uma emboscada dos moradores através do comando da ação guerrilheira liderada pelo bispo de São Félix e pelo padre Jentel”. (Recorte de Jornal – Correio Brasiliense: Guerrilha: Empresários Acusam Padre, 11/03/1972. Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.37, p. 2).

Diante dessas acusações os bispos de Goiás se manifestaram em defesa do padre Jentel divulgando uma carta da versão esclarecida por Dom Pedro Casaldáliga que demonstra os “verdadeiros” responsáveis pela crise em Santa Terezinha:

1 – a CODEARA pela sua descontrolada ambição;

2 – as autoridades municipais de Luciara e as autoridades estaduais de Mato Grosso, pela convivência pelos desmandos da companhia;

3- Alguns elementos de órgãos federais, pela grave omissão no caso. (Recorte de Jornal – Correio Brasiliense: Guerrilha: Empresários Acusam Padre, 11/03/1972. Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.37, p. 2).

O padre Jentel estava no Rio de Janeiro em uma reunião com o secretário geral da CNBB – Dom Ivo Lorscheiter, e logo após prestou depoimento à imprensa repudiando as acusações de subversão, bem como “as perseguições sistemáticas da polícia para capturar os líderes civis do suposto movimento que não existe em Santa Terezinha” (Recorte de Jornal – Correio Brasiliense: Guerrilha: Empresários Acusam Padre, 11/03/1972 - Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.37, p. 2).

Não só os empresários acusaram padre Jentel como o responsável pelo conflito em Santa Terezinha, como também o governador do Estado de Mato Grosso, José Fragelli. O governador esteve em São Paulo para manter uma série de contatos com as autoridades municipais, estaduais, militares e empresários, na oportunidade concedeu uma entrevista ao Jornal Estado de São Paulo de 02 de maio de 1972 com o título “Fragelli acusa padre e bispo”. José Fragelli declarou que:

[...] tanto o padre Jentel como o bispo de São Félix, dom Pedro Casaldáliga, estavam incitando os posseiros daquela região contra as companhias agropecuárias que se instalando na área do Araguaia. De acordo com as investigações feitas depois do incidente de Santa Terezinha, quando oito funcionários da CODEARA foram feridos à bala, chegou a conclusão de que o mentor intelectual da revolta tinha sido o padre Jentel, que, no momento,

se encontra foragido (...) Esses dois religiosos, de tendências puramente esquerdistas, mantêm em ação um bem caracterizado plano de agitação, orientados provavelmente, por agentes de outros países.” (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.56, p. 01).

A mídia foi um importante instrumento utilizado para infamar o trabalho de leigos e religiosos da Prelazia de São Félix, com o intuito de construir uma imagem de uma instituição que estava impedindo o avanço e o progresso da Amazônia estimulando posseiros e peões a se revoltarem contra as empresas, e, conseqüentemente com ajuda de grupos políticos internacionais destruírem o governo brasileiro.

Interessante notar que ainda, Dom Pedro é considerado pelos políticos e fazendeiros locais como sinônimo de atraso da região devido o seu posicionamento contra a construção de hidrovias, contra o desmatamento, queimadas e o cultivo de grandes lavouras, mas em contrapartida é favor de causas que ele considera como o verdadeiro progresso para o Araguaia, sendo este favorável à reforma agrária, da causa indígena, da preservação dos recursos naturais, da distribuição equitativa da riqueza (JORNAL DO MAGISTRADO, 2003, p. 18), ou seja, nesta região nos deparamos com interesses distintos e concepções diferentes acerca do efetivo “progresso” do Araguaia.

A concepção de progresso dos empresários guiados pela ideologia capitalista se restringe ao desenvolvimento econômico, tendo como objetivo o lucro, obtido através da “mais-valia”. A Igreja de São Félix do Araguaia liderada por Dom Pedro Casaldáliga, seguia a orientação da Encíclica “*Populorum Progressio*” do Papa Paulo VI (março de 1967), e pelas orientações da Conferência do CELAM de Medellín (1968), convocada pelo Papa Paulo VI para discutir a aplicação das orientações do Concílio Vaticano II, orientaram o clero e leigos a fazer uma “opção preferencial pelos pobres”.

São duas concepções opostas que se confrontam no Araguaia mato-grossense. Até então a hierarquia da Igreja era habituada a frequentar a mesa dos coronéis, empresários, políticos. Quando um bispo passa a usar chapéu de palha, a andar de ônibus de linha, ou em voadeira pelo Araguaia, a frequentar aldeias indígenas, casas de caboclos e posseiros, a defender peões, e a denunciar as arbitrariedades das agropecuárias, o resultado foi o confronto.

Estas concepções divergem desde a implantação dos projetos agropecuários no espaço da Amazônia, que privilegiaram grupos econômicos com alto poder aquisitivo em detrimento da população pobre que já habitava aquelas áreas antes da chegada dessas

empresas; e que ainda estão envolvidas com os problemas da demarcação de suas terras pelo governo brasileiro, como é o caso da fazenda Bordolândia com a área de 56 mil hectares situada entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada que é palco de conflitos envolvendo índios e posseiros que ocupam irregularmente a terra indígena Marãiwatsede e os próprios índios (JORNAL ÁGUA BOA NEWS, 2010).

Com a prisão de Francisco Jentel após 1972 e sua condenação, e posterior expulsão do Brasil, outras pessoas tomaram frente aos trabalhos realizados pelo padre integrando-se a equipe pastoral de Santa Terezinha, dentre elas: Padre Antonio Canuto, Terezinha e Tadeu, Pontim, Tereza, Aparecida, Eli e Edgar prosseguiram com os projetos de Jentel pensados para a região, como saúde, educação e a garantia pelos direitos de terra (SOUZA, 2010, p. 246).

Após a prisão do Padre Jentel, os agentes pastorais, leigos e padres que passaram a efetuar o seu trabalho sofreram uma violenta perseguição pelos militares. Os relatos que descrevem as atrocidades cometidas pelos agentes militares contra os militantes da Prelazia de São Félix estão disponíveis na pasta de código A.08 intitulada “Repressão e Arbitrariedades Policiais”. O documento que informa a invasão da Prelazia de São Félix do Araguaia pela polícia militar, juntamente com oficiais do exército e da aeronáutica no início de junho de 1973 foi elaborado por Dom Pedro Casaldáliga para informar os acontecimentos violentos na Prelazia como uma forma de dar visibilidade para os problemas da região, bem como chamar a atenção de órgãos comprometidos com os direitos humanos e buscar junto a estes soluções para o sofrimento daquela população.

Com a sentença de Padre Jentel em 28 de maio de 1973 julgado em Campo Grande e condenado a 10 anos de prisão, Dom Pedro considerou que a vinda do destacamento militar permeada por atos repressivos estaria vinculada possivelmente a condenação do padre, pois os militares pretendiam impedir uma eventual reação da população de Santa Terezinha ou da região, bem como atemorizar o bispo e a equipe da Prelazia. Para Casaldáliga os militares não estavam satisfeitos apenas com a condenação de Jentel, estes queriam o extermínio da Prelazia, e, conseqüentemente o fim das ações de justiça e liberdade desencadeadas por esta Igreja. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia - A08. 2.03, 1973, p. 01).

Na madrugada de 4 de junho de 1973 os militares começaram a empreender os atos de violência contra a população da Prelazia. O povoado de Serra Nova foi invadido por cerca de sessenta militares armados de metralhadoras que iniciaram a operação com descargas de tiros na entrada do patrimônio passando em seguida revistando todos os ranchos.

A casa pastoral foi invadida e os agentes foram violentamente despertados com as metralhadoras apontadas para eles, em seguida todos foram revistados, seus pertences foram vasculhados e apreenderam todo material escrito (cartas, livros, revistas, documentos). Os moradores também sofreram os atentados dos militares tendo suas casas invadidas, chefes de famílias foram violentados fisicamente e as crianças foram intimidadas com as armas no momento em que se efetuavam a busca por revólveres, armas de caça, facões e facas de cozinha.

As casas das Irmãzinhas da missão Tapirapé também foram invadidas por militares que chegaram até o local de avião com a presença de um Tenente da polícia militar de Cuiabá e três soldados armados com metralhadoras. Os policiais alegaram ter recebidos ordens de Cuiabá para verificar os documentos do local. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.03, 1973, p. 02).

Para mobilizar a opinião pública, a descrição desses acontecimentos aterrorizantes foi enviada por Dom Pedro à Dom Tomás Balduino, Dom Ivo Lorscheider, Dom Aluísio e outros para denunciar a invasão da residência episcopal a mão armada por militares da polícia de Barra do Garças, que os obrigaram a abrir os arquivos e revistaram todo o recinto à procura do leigo José Pontim, professor em Pontinópolis cuja casa foi invadida pela polícia militar, roubaram pertences pessoais (gravador, máquina fotográfica, coleção de alfabetização de Paulo Freire, livros, facão, foice, machado, apostila dos Salmos de Ernesto Cardenal onde destacava as instituições SNI, CIA, KGB, FMI, e o rascunho da última reunião da Prelazia), esse material foi considerado altamente subversivo conforme os interrogatórios prestados pelo leigo posteriormente na cidade de Campo Grande. (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 02).

Além destes atos, foram presos e espancados no dia 08 de julho de 1973 o leigo Tadeu, e os padres Antonio Canuto, Eugênio, Leopoldo Belmonte e Pedro Mari para delatarem o paradeiro do leigo Pontim. Essas informações foram reproduzidas por um grupo que se identificou como leigos e religiosos de São Paulo, um mecanismo utilizado para driblar a censura e dar publicidade aos fatos ocorridos na Prelazia como em outras localidades vítimas da repressão daquele momento. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.23, 1973, p. 1).

Padre Antonio Canuto fez um relatório a respeito da sua prisão e espancamento no dia 08 de julho de 1973 quando a casa pastoral foi invadida violentamente por um grupo de militares que estavam à paisana. Canuto descreve que primeiramente foi agarrado pela camisa



por um indivíduo armado, recebeu socos e pontapés e o levaram para o interior de uma viatura onde perguntaram sobre o leigo Pontim com fortes tapas no rosto e na boca. Foram conduzidos para a fazenda AGROPASA o padre Canuto e o padre Eugênio, ao chegarem à fazenda encontraram os padres Pedro Mari e Leopoldo Belmonte, sendo este último espancado por vários indivíduos recebendo tapas no rosto e na boca. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.11, 1973, p. 01).

Os militares referiam-se aos posseiros como pessoas ignorantes e que a Igreja não deveria se envolver com os problemas de terras, pois isto era considerado um ato de pura agitação, mas o padre Canuto tentou demonstrar que o procedimento da Prelazia era de conscientizar os posseiros sobre os direitos que a lei lhes garantia a partir da própria Constituição, passando pelo Estatuto da Terra e por fim o Decreto de 70.430 de 17/04/72. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.11, 1973, p. 02).

Os escritos de Dom Pedro e a Folha Alvorada<sup>7</sup> foram apontados como atos injuriosos às forças armadas e que o bispo incitava o povo contra o regime militar. Depois de muitos questionamentos e humilhações os padres foram levados de volta para a casa pastoral com ordens para não se retirarem até que o Capitão os liberassem.

O diálogo com a documentação permite reflexões acerca da metodologia do trabalho com as fontes orais. Embora estando normalmente ligada à História do Tempo Presente, a História Oral se destina ao estudo de períodos histórico variados, “[...] O relato oral está, pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber (...) a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral” (QUEIROZ, 1988, p. 16).

Sendo assim:

Desde que o processo de transmissão do saber se instala, implica imediatamente na existência de um narrador e de um ouvinte ou de um público. (...) A única forma de se conservar o relato por longo tempo está ainda em sua transcrição. Volta-se ao que se acreditava evitar com o gravador, isto é, à intermediação escrita entre o narrador e o público para a utilização do relato, e às possíveis deturpações dela decorrentes. (QUEIROZ, 1988, p. 17).

Em artigo intitulado “A fecundidade da História Oral”, publicado no livro “Uso e Abuso da História Oral”, Etienne François argumenta:

---

<sup>7</sup> A Prelazia de São Félix possui o jornal Alvorada, criado desde o início da década de 1970 e está disponível no site: [www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br](http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br). Ainda sobre o jornal Alvorada ver: SCALOPPE MACHADO, 2008.

[...] nem em seus objetos, nem em suas abordagens, a história oral merece a qualificação de “história diferente”, e a acreditar-se que ela é uma “frente pioneira” da pesquisa histórica é um dos campos em que se opera a sua renovação, como ignorar os múltiplos impulsos, os incentivos e os exemplos que ela encontrou fora dela, a ponto mesmo de alguns se perguntarem se a história oral não deveria parte de seu sucesso ao fato de ter sabido adaptar à história do tempo presente as problemáticas e os métodos desenvolvidos pelo que ainda há pouco chamávamos de “nova história” (FRANÇOIS, 1998, p. 6).

Acerca da difusão dessa abordagem Harres (2009, p. 13) aponta:

[...] as resistências e os estranhamentos foram muitos, o que, de alguma forma, pode ser associado à profissionalização da história que, desde o século XIX, se fez valorizando profundamente o documento escrito, trabalhando o método documental e a crítica dessas fontes como traço elementar do exercício e do treino profissional.

Isto posto cabe salientar que, dentre os relatos mais tristes que expõem a violência contra os agentes da pastoral, nos deparamos com as cartas dos leigos presos durante a ação violenta na Prelazia no dia 04 de junho de 1973. Na casa das Irmãzinhas de Jesus foram presos Edgar e Thereza Adão, uma visitante do Rio de Janeiro que veio para região conhecer o trabalho das Irmãzinhas na Aldeia dos Tapirapé. No dia seguinte a caminho da Cooperativa Agrícola de Santa Terezinha, a leiga Terezinha foi presa por policiais que estavam à paisana.

Esses relatos foram redigidos logo após a soltura dos presos a pedido de Dom Pedro. São páginas longas de torturas, ameaças, violência física e psicológica, a face de um regime que só se preocupava em cumprir as ordens que lhe foi designado, como Eichmann que não se importava com os efeitos dos seus atos, mas apenas em cumprir ordens sem levar em consideração algo imprescindível ao ser humano, seu bem maior - a sua própria vida (ARENDDT, 1999).

Os agentes da Prelazia foram presos e levados para Cuiabá onde prestaram seus primeiros depoimentos. Todos foram questionados sobre o paradeiro de Pontim, sendo este considerado pelos militares como “criminoso, jagunço do Padre Francisco” (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia - A08. 2.03, 1973, p. 05). No dia 08 de junho de 1973 os militantes foram levados para Brasília e interrogados “os interrogatórios eram a base de choque elétrico, alguns levavam socos na cabeça ou mesmo os famosos telefones, que são socos nos ouvidos” (Relatório de Prisão de Terezinha – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2.14, 1973, p. 19).

Nos interrogatórios havia muitas perguntas, dentre elas podemos destacar: qual a organização que a Prelazia fazia parte; falar politicamente sobre o Padre Francisco Jentel e Canuto, quais as atividades políticas eram realizadas na Prelazia; em que lugar ocultava os depósitos de armas, rádio transmissor; códigos de cartas e siglas utilizadas para os agentes se identificarem como elementos da Prelazia; o que o Padre Jentel pensava politicamente, o que fazia ao sair de viagem, como recebia dinheiro e por parte de quem, se havia participado de movimento estudantil; o que é ideologia; como havia conhecido o padre Jentel.

Interessante notar que esta ação repressiva dos militares na Prelazia de São Félix do Araguaia ocorreu concomitantemente com a campanha do exército contra o movimento denominado de “Guerrilha do Araguaia”, localizada próximo ao rio Araguaia, na divisa entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins (sendo este último na época, pertencente ao Estado de Goiás). A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) que desde meados dos anos 1960, já mantinha militantes na região do conflito. O movimento foi descoberto em 1972, possivelmente delatado por uma militante que tinha ido fazer tratamento médico em São Paulo e foi presa pelos militares. Apesar dos guerrilheiros serem em número menor e com um armamento relativamente inferior ao do exército, os militares precisaram efetuar três campanhas para enfim, conter os conflitos na região do Araguaia em dezembro de 1973 (GORENDER, 1987). Em depoimentos posteriores a este fato, Dom Pedro e alguns leigos afirmam que a Prelazia foi muito perseguida durante os anos da ditadura pela desconfiança dos militares do envolvimento dos agentes pastorais, padres, leigos com o movimento da Guerrilha do Araguaia.

Os presos ficaram detidos em Brasília até o dia 12 de julho de 1973 e foram transferidos para o Quartel da 14ª Polícia do Exército na cidade Campo Grande que na época pertencia ao Estado de Mato Grosso. José Pontim havia sido preso em São Félix no dia 09 de julho e também foi levado para Campo Grande. Neste Quartel os agentes da Prelazia vivenciaram os piores dias de suas vidas, o medo e a sensação da morte eram constantes; as acusações que lhes pesavam decorriam do simples fato dessas pessoas se comprometerem na luta pela justiça e liberdade de uma população desamparada pelo Estado, ato este considerado como subversivo pelos militares que viram tal ação como decorrente de movimentos políticos que tinham a pretensão de acabar com o governo brasileiro.

O Estado que se fazia pouco presente naquela região aparece para estas pessoas utilizando do monopólio da violência através da repressão destes indivíduos. Esta ação do Estado demonstra o que Arendt (2009) avalia como a perda de poder, pois o uso da violência

destrói a relação do poder, visto que o lugar ocupado por um elimina o outro. A violência alcança a sujeição do indivíduo através da repressão e o poder a partir do consentimento proveniente do acordo inicial entre homens livres e iguais, assim, a violência se diferencia do poder pelo seu caráter instrumental, ao passo que esta se torna justificável quando se impõe com uma finalidade a ser atingida. Portanto, se o poder advém do consentimento, conclui-se que “jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência” (ARENDR, 2009, p. 67), lembrando que onde a violência atua de forma recorrente, o poder já se deteriorou.

Vale ressaltar que para Arendt o poder esta condicionado aos números, enquanto a violência até certo ponto pode agir sem eles, porque está amparada pela natureza instrumental, assim “a forma extrema do poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos” (ARENDR, 2009, p. 58).

A primeira vez levei choque todo o tempo, ficava deitado de bruços no chão e colocaram os terminais dos fios no glúteo. Os choques causavam uma contração violenta dos músculos da perna, causando uma dor horrível. A segunda vez não levei choque, só um pontapé na perna e um tapa na cabeça, juntos com ameaças de choque novamente. Desta vez eu estava sentado. Na terceira vez estive sentado, e me fizeram deitar três vezes no chão com ameaças de choques, sendo que realmente me aplicaram só uma destas vezes. Nesta vez ainda fui estonteado com um murro na cabeça (Relatório de Prisão de Tadeu – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2.15, 1973, p. 13).

São marcas que certamente estas pessoas irão levar pela vida toda, foram destituídas dos seus familiares e da sua comunidade, tiveram as suas vidas tomadas enquanto vivenciavam dias de terror e de violência, seus direitos foram ceifados como seres humanos e cidadãos.

No Araguaia mato-grossense vemos que este Estado que em tese deveria garantir os direitos e a segurança dos indivíduos, bem como atenuar as práticas de violência contra estes, aparece naquele momento como um Estado de terror, a sua incipiente presença foi quebrada pelo uso exacerbado da violência que pode ser analisada de acordo com Yves Michaud a partir da “intensidade e ferocidade da repressão estão na verdade ligadas à vontade do Estado de afirmar sua supremacia e seu monopólio do poder” (MICHAUD, 1989, p. 28).

Enquanto sucediam-se as sessões de tortura (choques elétricos pelos corpos e socos tipo telefone nos ouvidos) éramos inquiridos sobre nossa participação na Guerrilha do Araguaia da qual apenas tínhamos notícias, sobre a história

de material escolar, brincadeira que conversávamos na Prelazia e que insistiam ser um código de armas por nós utilizadas. E assim, noite após noite as grades das celas abriam-se rangendo seus ferrolhos e saía um para a cela de torturas. Os que ficavam, rezavam. Quando as torturas extrapolavam a resistência já bastante precária aplicavam injeção não se sabe do que para recobrar a resistência. Muitos choques elétricos nas costas, órgãos genitais, evitando choques na parte da frente pois poderia levar a óbito e pelas costas forçava a coluna no sentido contrário o que causava muita dor e stress. (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 04).

Segundo Michaud a partir do século XVIII a prática de tortura havia desaparecido, mesmo durante o século XIX com os confrontos políticos, como por exemplo, a Comuna de Paris, esta não ressurgiu, mas no século XX a tortura tornou-se um instrumento corrente no governo. Passou a ser praticada em inúmeros países, principalmente na América Latina, sendo esta implícita e o seu caráter de clandestinidade lhe conferia eficiência, mas os cidadãos tinham ciência se fossem presos corriam o risco de serem torturados. A tortura não decorria apenas no ato de obter informações, esta também estava incumbida de humilhar, fazer mal e violentar a vítima, bem como aterrorizá-la, aterrorizar parentes e amigos, enfim a sociedade.

A força empregada pelo regime de repressão advém do princípio jurídico que confere ao Estado a sua institucionalização pelo poder e substitui o arbítrio pela regra. Assim, a violência empregada pelo Estado é exercida segundo as leis, a força é exercida “com certa regularidade e certa uniformidade conforme regras conhecidas” (MICHAUD, 1989, p. 56), ou seja, a violência empregada pelo Estado, mesmo por um Estado autoritário, está submetida a restrições legais. “Ao colocarem as “pegas” do eletro-choque nas costas quiseram saber o que eram as marcas encontradas nas costas. Fiquei quieto pois estavam bem claras serem as marcas dos choques. Então disseram que não adiantava me fazer de vítima arranhando as costas” (Relatório de prisão de Pontim – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08.2.17, 1973, p. 02).

O medo era uma arma importante contra os indivíduos considerados subversivos, e assim, era necessário disseminar a ideia da existência de centros de tortura que culminavam no desaparecimento de pessoas, e, conseqüentemente qualquer um estava sujeito ao desaparecimento e tornar-se alguém que nunca existiu. “As notícias chegavam de todos os quadrantes da Prelazia, agentes, líderes de posseiros, presos com paradeiro desconhecido (...) eles (diziam) “seria fácil em caso de óbito levar o corpo e soltar no meio de uma pista, passar uma viatura por cima e dizer que foi fuga e suicídio” (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 03-04). Segundo Michaud “os torturadores são

cada vez menos carneiros, e sim técnicos com seus eletrodos, médicos psiquiatras com suas drogas, até especialistas da ação psicológica, do condicionamento, da chantagem efetiva ou da privação sensorial” (MICHAUD, 1989, p. 58).

Como consequência desta violência ocorreu a atomização do campo social, a desintegração da vida pública, a desconfiança e o medo entre os cidadãos, resultado de uma política de um Estado de terror que culminou na eliminação de vidas. “Depois disso tudo ficaram as consequências, o medo de qualquer elemento fardado e a possibilidade de ser preso novamente” (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 05).

Após um mês de prisão foi quebrado o regime de incomunicabilidade, os agentes puderam escrever cartas para seus familiares, tomar banho de sol uma vez ao dia e receber visitas duas vezes por semana, dentre elas vieram os bispos de Campo Grande, Dourados, Cáceres, Cuiabá e Rondonópolis, além de vários padres e leigos.

Dom Pedro não se calou diante do cenário de violência que tomou a Prelazia, pois se calar significaria atribuir naturalidade para tal ato compreendido naquele momento como algo corriqueiro característico do espaço da Amazônia. Casaldáliga não deixou que esta noção se petrificasse na sociedade brasileira indignando-se com a ação do governo em reduzir o ser humano à condição de coisa, violando fisicamente e psicologicamente. Assim, a forma como Dom Pedro encarou esse problema se resolveu a partir do mecanismo de dar publicidade aos acontecimentos no Araguaia, utilizando da sua habilidade política de um não enfrentamento direto, mas apelar para instituições nacionais e internacionais que se sensibilizaram com os problemas da Prelazia e abraçaram a causa junto ao bispo.

No dia 19 de agosto de 1973 houve uma grande celebração e manifestação em São Félix do Araguaia com a presença de quinze bispos, inclusive representante do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e da CNBB. Esta celebração repercutiu em toda imprensa nacional e internacional – Espanha, França, Alemanha, Itália, repudiando a ação repressiva do governo militar e pressionando para a soltura dos agentes da Prelazia. (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 05).

Este ato resultou na manhã seguinte na soltura dos presos: Therezinha, Tadeu, Pontim e Thereza Adão, os quais foram encaminhados para exames médicos e obrigados assinar um documento afirmando que não foram torturados. Interessante apontar que nos relatos dos agentes, estes demonstram que não perderam a esperança de lutar pelos problemas

presentes na Prelazia, passar por essa experiência os fortaleceu mais, pois estavam envolvidos com uma Igreja comprometida com a libertação do seu povo que não se calava diante as ameaças de violência denunciando as estruturas de dominação que empregam ações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural como forma de impor o poder de modo contraditório com o uso instrumental da violência.

### **Considerações Finais**

A (re)ocupação da Amazônia foi balizada pelo discurso da ocupação de espaços “vazios” como um projeto nacional beneficiado por alta tecnologia, assentado na ideia de modernização e progresso como uma estratégia de ocupar e explorar o território atrelado à política de segurança nacional da ditadura militar e civil.

Refletir sobre estas questões impõe aos historiadores perceberem que as mesmas não se restringem ao passado, mas ocupam lugar no presente, não como repetição ou retorno, mas com o propósito de trazer elementos que demonstram novos modos de governar, novas assimilações políticas, econômicas e culturais, indicando a sua pertença ao presente. A (re) ocupação da Amazônia implica também no encontro entre tempos, bem como aponta a sua contemporaneidade, que avalia a violência contida neste processo como o avesso do discurso do progresso emanado, principalmente pelo governo civil militar.

Os casos de torturas e ameaças dos trabalhadores rurais, religiosos, e outros, apontam para a violação aos direitos civis, políticos e humanos instituídos, sendo importante expressar que a questão agrária no Brasil é crucial nos conflitos sociais e na violência no campo.

Contudo, verifica-se que o discurso da integração, modernização e progresso através da ocupação dos ditos “espaços vazios”, proferido pelo Estado, deixa aclarar indistintamente a existência de objetivos conflitantes que explicitam os problemas no planejamento estatal para a (re) ocupação da Amazônia, a metodologia da história oral, contribuiu para as reflexões que foram realizadas acerca desta problemática.

Com uma política voltada para atender os interesses da elite brasileira, o processo de (re) ocupação da Amazônia, ao invés de proporcionar para essa região um lugar para conter os conflitos agrários, ao contrário, tornou-se o ambiente da violência e da impunidade. Desse modo, o projeto do governo ditatorial se configurou da seguinte forma: de certa maneira “integrou” a região amazônica por meio das rodovias e estradas a outros pontos do país, bem como viabilizou a expansão do capital através das empresas agropecuárias; mas em

contrapartida, esses projetos agropecuários geraram os conflitos e a violência sob as camadas mais vulneráveis, que foram e continuam sendo as vítimas das arbitrariedades cometidas pelo grande capital.

### Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). 2.ed. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. *Expansão da Soja no Xingu-Araguaia*. Revista Territórios e Fronteiras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.v.7, n.1, jan/jun, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomas. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIJK, Teun A. Van. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Modernização Frustrada: a política de terras no império*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 1981.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

ESCRIBANO, Francisc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FABRINI, João E. A Posse e Concentração de Terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (Orgs). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Política, Ambiente e Diversidade Cultural*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

\_\_\_\_\_. As diferentes faces da Igreja Católica Mato-grossense no último quarto do século XX. In: *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910 – 2010)* In: PERARO, Maria Adenir (Org.). Cuiabá: EDUFMT, 2008.

JORNAL ÁGUA BOA NEWS. *Bom Jesus do Araguaia: assentados da Bordolândia pedem apoio à Maggi*. Água Boa, 27 de maio de 2010. Disponível em: Acesso em: 17 jun. 2011.

JORNAL DO MAGISTRADO. *Entrevista: Dom Pedro – O intruso*. Brasília, out/Nov, 2003. Disponível em: [http://www.amb.com.br/docs/publicacoes/outros/revista\\_amb\\_ed71.pdf](http://www.amb.com.br/docs/publicacoes/outros/revista_amb_ed71.pdf). Acesso em: 17 jun. 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SCALOPPE MACHADO, Marluce. *Práticas midiáticas e cidadania: o papel do jornal Alvorada na Prelazia de São Félix do Araguaia (1970-1984)*. Cuiabá: UFMT, 2008. Dissertação (Mestrado na área de concentração: História, territórios e fronteiras), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2008.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. Trilhas e Caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte Nordeste do Estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: *Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. BARROZO, João Carlos (org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha. In: *Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. BARROZO, João Carlos (org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

**RECEBIDO EM: 10/09/2015**  
**APROVADO EM: 26/02/2016**